

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 107.989 - PR (2019/0033906-3)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
RECORRENTE : BRUNO MARCELO SANTOS DE SOUZA (PRESO)
RECORRENTE : LUCAS LUAN RODRIGUES (PRESO)
RECORRENTE : MARCIO DE SOUZA (PRESO)
ADVOGADO : THIAGO ISSAO NAKAGAWA - PR049807
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido de liminar, interposto por BRUNO MARCELO SANTOS DE SOUZA, LUCAS LUAN RODRIGUES e MARCIO DE SOUZA, contra acórdão proferido pela 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, no julgamento do HC n. 0035013-15.2018.8.16.0000.

Consta dos autos que os recorrentes foram presos em flagrante pelo suposto cometimento do delito previsto no art. 33 da Lei n. 11.343/2006.

O recorrente alega, em síntese, a ausência de fundamentação idônea para justificar o decreto da segregação cautelar dos pacientes, destacando que a medida estaria embasada na gravidade abstrata do delito, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da preventiva, previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Afirma que não haveria provas suficientes que apontassem a Lucas e Márcio a autoria e materialidade do delito, uma vez que Bruno assumiu a propriedade da droga, indicando que seria para consumo.

Aduz que não teria sido demonstrado, com base em elementos concretos, como a liberdade dos acusados poderia oferecer risco à ordem pública, ao bom andamento da instrução criminal ou à aplicação da lei penal.

Argumenta, por fim, a excepcionalidade da medida extrema, enfatizando que os recorrentes fariam jus a substituição da preventiva por medidas cautelares descritas no art. 319 do CPP.

Requer, liminarmente e no mérito, o provimento do reclamo para que sejam revogadas as prisões preventivas, com a expedição de alvará de soltura.

É o relatório.

A concessão da tutela de urgência reserva-se aos casos excepcionais de ofensa manifesta ao direito de ir e vir e desde que preenchidos os pressupostos legais, que são o *fumus boni juris* e o *periculum in mora*.

In casu, mostra-se inviável acolher a pretensão sumária, porquanto, ao menos nessa etapa, verifica-se a presença de fundamentos concretos para a denegação da ordem e manutenção da prisão cautelar, a bem da ordem pública, diante da gravidade, ao que parece concreta, da conduta, consoante é possível inferir-se do seguinte trecho do aresto impugnado (e-STJ, fls. 114-116):

[...]

Apesar de o impetrante negar a existência do crime de tráfico de drogas – seja ao argumento de que o paciente assumiu a propriedade do entorpecente e disse que se destinava ao Bruno consumo pessoal, seja sob a alegação

de que não houve prova da comercialização dos tóxicos, cumpre ressaltar que a discussão aprofundada acerca do mérito é incabível na via estreita do , matéria reservada à ampla análise quando da prolação de sentença pelo habeas corpus Magistrado . a quo No caso, os elementos probatórios angariados na fase de inquérito policial, sobretudo os depoimentos dos policiais militares responsáveis pela prisão, revelam-se suficientes para, ao menos nessa etapa processual, verificar os indícios de materialidade e autoria delitiva, em conformidade com o art. 312 do texto processual, alicerçando a possibilidade de decretação da prisão preventiva.

Por sua vez, o decorre da necessidade de garantia da ordem pública, tendo periculum libertatis em vista a periculosidade dos agentes, extraída não somente em virtude das circunstâncias em que ocorreu a empreitada criminosa – tendo em vista que foram apreendidos no telhado da residência 12g (doze gramas) de maconha acondicionados em diversos invólucros plásticos, quantidade considerável de dinheiro (R\$ 553,90) e balança de precisão –, quanto, e especialmente, em decorrência da real possibilidade de reiteração delitiva.

Consoante consignado pelo Magistrado : a quo

“(...) pelas certidões do oráculo coligidas nas movimentações 19.1/21.1, constata-se que MARCIO DE SOUZA já foi condenado duas vezes, uma pela prática do delito de tráfico de drogas perante o juízo da Vara Criminal da comarca de Rolândia, por sentença transitada em julgado em 28 de fevereiro de 2018, outra pelo cometimento do crime de associação para o tráfico de drogas, tipificado no artigo 14 da Lei nº 6.368/1976, perante o juízo da Vara do Plenário do Tribunal do Júri desta comarca, por sentença transitada em julgado em 27 de junho de 2017.

Por seu turno, LUCAS LUAN RODRIGUES ostenta duas condenações pelo delito de tráfico de drogas, perante a 2ª Vara Criminal desta comarca, uma delas já transitada em julgado em 05 de maio de 2018.

Nesta audiência de custódia, admitiu que ainda estava a cumprir pena quando foi novamente preso (também por tráfico de drogas), além de já ter tido TRÊS passagens por atos infracionais análogos ao delito de roubo, quando adolescente, contando agora com apenas 20 anos e já registrando duas condenações após a maioridade.

Por fim, o flagrado BRUNO MARCELO SANTOS

DE SOUZA, malgrado primário, foi preso em flagrante em 09 de agosto de 2018 pela suposta prática do crime de roubo majorado, sendo a ele imposta medida cautelar de monitoração eletrônica nos autos nº 005586-32.2018.8.16.0014, em trâmite perante a 2ª Vara Criminal desta comarca.

Mesmo monitorado eletronicamente, há apenas UM DIA voltou, em tese, a delinquir.

Conta com apenas 18 anos de idade, sendo que, nesta audiência, disse já ter sido apreendido, quando adolescente, SEIS VEZES por atos infracionais equiparados ao delito de roubo.

Tais circunstâncias evidenciam, de forma latente, a concreta possibilidade de reiteração criminosa e o descaso com a Justiça e seus institutos pelos flagrados, representando, portanto, sua periculosidade e ameaça à ordem pública que, em liberdade, podem representar.

Ressalte-se o fato de os flagrados MARCIO DE SOUZA e LUCAS LUAN RODRIGUES terem, em princípio, praticado o crime enquanto cumpriam pena pelas condenações anteriores, todas igualmente de tráfico de drogas, demonstrando de forma latente o risco à ordem pública, esculpida no artigo 312 do Código de Processo Penal, que a liberdade de ambos representa, sendo notório o descaso com as determinações judiciais e ausência de frios inibitórios.”

[...]

Desse modo, não procedem as alegações de ausência dos pressupostos da prisão preventiva e de desnecessidade da segregação cautelar, uma vez que a decisão guerreada se encontra suficientemente apoiada em dados constantes dos autos, a demonstrar a necessidade de manutenção da custódia preventiva do acusado, a fim de evitar a reiteração da conduta criminosa, não havendo o que se falar em incompatibilidade com o princípio da presunção de inocência.

Tais argumentos são suficientes para rechaçar, ao menos nesse momento processual, o alegado constrangimento ilegal de que estariam sendo vítimas os recorrentes.

De mais a mais, a motivação que dá suporte à pretensão liminar confunde-se com o mérito do recurso, devendo o caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando da apreciação e do seu julgamento definitivo.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO HABEAS CORPUS. DECISÃO QUE

INDEFERE A LIMINAR. RECURSO INCABÍVEL. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de não ser cabível a interposição de agravo regimental contra decisão de relator que motivadamente defere ou indefere liminar em habeas corpus.

2. Não se verifica na decisão agravada manifesta ilegalidade a justificar o deferimento da tutela de urgência, tendo em vista que a análise do alegado constrangimento ilegal confunde-se com o próprio mérito da impetração e implica análise pormenorizada dos autos, devendo ser reservada à apreciação perante o colegiado, após manifestação do Ministério Público Federal.

3. Agravo interno não conhecido.

(AgRg no HC 393.765/PE, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/04/2017, DJe 25/04/2017)

Diante do exposto, **indefere-se a liminar.**

Necessário sejam solicitadas informações ao Tribunal impetrado e ao Juízo singular, que deverão trazer aos autos notícias atualizadas sobre o andamento de eventual ação penal e, se houver, senha para acesso ao andamento do respectivo processo, noticiando ainda acerca da situação prisional de BRUNO MARCELO SANTOS DE SOUZA, LUCAS LUAN RODRIGUES e MARCIO DE SOUZA.

Com as informações, abra-se vista ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

Ministro Jorge Mussi
Relator